

EXTREMISMO VIOLENTO ATINGE VILA DE PALMA

Ataque vespertino lança pânico em Palma e ofusca sinais de esperança no el dorado de gás natural

- Ataque terrorista aconteceu um dia depois do Governo e a Total anunciarem para breve a retoma dos trabalhos em Afungi, a menos de 50 quilómetros da vila de Palma
- É o primeiro teste do Almirante Joaquim Mangrassa, o recém-empossado Chefe de Estado-Maior General das FADM
- Intervenção (sempre tardia) da DAG pode ter sido a última, uma vez que o contrato que vincula a empresa militar privada com o Governo cessa em menos de duas semanas



Créditos: DW

Quatro meses depois, a violência extrema volta a atingir uma sede distrital em Cabo Delgado. Desta vez foi Palma, a vila que fica a menos de 50 quilómetros de Afungi, o local onde decorrem as obras do complexo industrial do projecto Mozambique LNG, liderado pela petrolífera francesa Total.

A última vez que os grupos extremistas

tinham atacado uma sede distrital foi no início de Novembro do ano passado, quando assaltaram, pela segunda vez, a vila de Namacande, sede do Distrito de Muidumbe. Nos meses subsequentes, as investidas terroristas visavam aldeias dos distritos de Nangade, Palma e Muidumbe. Eram ataques de pequenas proporções e não eram frequentes, o que criou uma sensação de

aparente normalização da situação de segurança.

Mas esta semana o sentimento de insegurança voltou a dominar o dia-a-dia das comunidades do norte de Cabo Delgado. Em plena tarde de quarta-feira (16h15), três ataques coordenados causaram pânico na vila de Palma e consequente fuga da população para as matas. Algumas empre-



“

A vila e todo o Distrito de Palma encontram-se neste momento com as comunicações por via móvel interrompidas. As FDS estão a perseguir o movimento do inimigo e trabalham incansavelmente para restabelecer a segurança e ordem com a maior rapidez, e apelam à população a manter-se vigilante e serena enquanto procura espaços seguros

”

sas que prestam serviços em Afungi têm acampamentos baseados na vila de Palma, como é o caso da sul-africana Afrimat. Com a intensificação dos tiroteios, alguns trabalhadores fugiram desesperadamente para as matas.

Segundo um comunicado do Ministério da Defesa Nacional (MDN) divulgado na manhã de quinta-feira, os terroristas atacaram a vila de Palma em três direcções: cruzamento de Pundandar, concretamente na zona de Manguna (na estrada que dá acesso à vila de Palma); Via Nhica do Rovuma; e Aeródromo local. Há relatos de aviões que foram forçados a abortar a aterragem devido ao fogo cruzado nas proximidades da pista.

A forma como os ataques aconteceram sugere que alguns terroristas se tinham infiltrado no interior da vila, sobretudo o gru-

po que atacou a partir do aeródromo local. Há meses que as principais entradas para a vila são vigiadas por efectivos das Forças de Defesa e Segurança (FDS), pelo que os terroristas não tinham como entrar com as armas em punho em plena luz do dia.

Além de propriedades públicas e privadas, os ataques no interior da vila visaram o quartel da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), a força policial que combate lado a lado com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Devido ao corte das comunicações móveis, ainda não é possível ter a fotografia real dos estragos causados e de eventuais perdas humanas. Palma está sitiada e isolada do resto do mundo, com as suas enormes reservas de gás natural.

Aliás, devido às dificuldades de comunicação, até ontem o MDN não tinha informações sobre vítimas humanas e danos

materiais. “A vila e todo o Distrito de Palma encontram-se neste momento com as comunicações por via móvel interrompidas. As FDS estão a perseguir o movimento do inimigo e trabalham incansavelmente para restabelecer a segurança e ordem com a maior rapidez, e apelam à população a manter-se vigilante e serena enquanto procura espaços seguros”, explicou o coronel Omar Saranga, Director Nacional da Política de Defesa no MDN.

Além de garantir a segurança das populações contra as investidas terroristas, o coronel Omar Saranga disse que as FDS vão continuar a lutar para proteger os projectos económicos existentes em Palma, sempre “salvaguardando os direitos humanos, em estrita observância às leis nacionais relevantes e ao Direito Internacional Humanitário”.

O ataque de Palma e os últimos dias do DAG em Cabo Delgado

Com o seu “quartel-general” baseado em Pemba, os helicópteros da empresa militar privada (DAG) só chegaram à vila de Palma na manhã de quinta-feira para apoiar as FDS que lutavam pelo controlo da situação. No ar estavam também dois helicópteros Mi-17 e Mi-24 recentemente adquiridos em segunda mão pelo Governo para reequipar a Força Aérea.

A intervenção da empresa DAG em Palma pode ter sido a última. O contrato “oculto”

que assinou com o Ministério do Interior em finais de Março de 2020 termina em menos de duas semanas. E não há perspectivas para a sua renovação, uma vez que há muita pressão sobre o Governo para abdicar do uso de empresas militares privadas. A contratação da DAG para apoiar as FDS na luta contra o terrorismo em Cabo Delgado foi liderada pelo Comandante-geral da PRM, Benedito Rafael, à época o homem-forte do Teatro Operacional do Norte.

Com um contrato de três meses, a empresa iniciou as operações aéreas em Abril, numa altura em que os terroristas tinham intensificado os ataques, com assaltos às sedes distritais (Mocímboa da Praia e Quissanga)¹. A DAG tinha cerca de 30 homens, dois helicópteros de combate Gazelle, duas avionetas de vigilância Bat Hawk equipadas com armas frontais, um helicóptero de transporte Allouette equipado com uma arma e mais duas aeronaves de asa fixa. À

¹ <http://africaunauthorised.com/?p=3383&fbclid=IwAR2AVbfzBqZjZWW5L6usjVmexoSTP3oiWD8c5MrOY-I8zKL2AnVVZU7TJQY>



excepção dos helicópteros Gazelle, as outras aeronaves não são necessariamente de combate, mas foram adaptadas e equipadas com armas.

Isto mostra que a empresa não tem meios apropriados e à altura para conter o avanço dos terroristas. Aliás, a DAG já estava em operações quando os terroristas assaltaram a sede do Distrito de Muidumbe (Namacande) e massacraram 52 jovens na aldeia de Xitaxi - no mesmo distrito, e assaltaram a sede do Distrito de Macomia e, por duas ocasiões, a vila municipal da Mocimboa da Praia – que ainda se encontra ocupada.

O Governo nunca abordou publicamente a contratação de “mercenários”, uma prática em desuso e contra a qual existem duas convenções: a Convenção da OUA para a Eliminação do Mercenarismo em África; e a Con-

venção Internacional contra o Recrutamento, Utilização, Financiamento e Treinamento de Mercenários. Moçambique não é signatário das duas convenções, tal como a África do Sul, país onde está registada a DAG.

Moçambique também não aderiu ao Documento de Montreux sobre Obrigações Legais Internacionais Pertinentes e Boas Práticas Relacionadas com as Operações de Companhias Particulares Militares e de Segurança durante Conflito Armado para os Estados, uma iniciativa do Governo da Suíça e do Comité Internacional da Cruz Vermelha. Aplicável nos Estados contratantes de empresas militares (como Moçambique) e nos Estados de origem (como África do Sul), o Documento de Montreux reafirma a obrigação dos Estados de assegurarem que as empresas militares privadas

e de segurança que operam em conflitos armados cumpram com o Direito Internacional Humanitário e os direitos humanos.

Aliás, vale a pena lembrar que o mais recente relatório da Amnistia Internacional acusa a DAG de violar direitos humanos em Cabo Delgado, ao afirmar que os operacionais da empresa militar privada dispararam metralhadoras dos helicópteros e lançaram granadas de mão indiscriminadamente contra multidões, além de dispararem contra infra-estruturas civis, como hospitais, escolas e residências.

Além de estar associada a violações de direitos humanos, a presença da DAG em Cabo Delgado não concorreu para conter o avanço dos grupos terroristas. Razões mais do que suficientes para a não renovação do contrato.

O ataque de Palma e a retoma dos trabalhos em Afungi

O ataque de quarta-feira aconteceu um dia depois do Governo e a Total terem anunciado a retoma gradual das obras de construção do complexo industrial de Afungi a partir de Abril. O anúncio acontece três meses depois de a Total ter interrompido os trabalhos devido às ameaças de segurança, após ataques nas proximidades da zona de implementação do projecto *Mozambique LNG*. Na sequência, a petrolífera francesa exigiu às autoridades moçambicanas a definição e implementação de um plano de acção com o objectivo de reforçar a segurança num perímetro de 25 quilómetros do centro das operações petrolíferas.

Em resposta, o Governo declarou a área do projecto *Mozambique LNG* como sendo uma zona de operação especial de segurança e reforçou as infra-estruturas de segurança e o contingente das FDS para



garantir a retoma das obras de construção da fábrica de GNL e dos programas de desenvolvimento comunitário. O controlo da zona de operação especial da área de segurança continua a ser assegurado exclusivamente pelas FDS, à luz do memorando de entendimento assinado entre o Governo e a Total em Agosto de 2020.

A distância entre a vila de Palma e Afungi é de cerca de 40 quilómetros, pelo que o ataque de quarta-feira está fora do perímetro de 25 quilómetros de segurança imposto pela Total. Aliás, dentro da área do projecto *Mozambique LNG*, onde se encontram trabalhadores de algumas empresas contratadas, não foi accionado nenhum plano de emergência, muito menos a evacuação de acampamentos. Ainda assim, não deixa de ser preocupante que a vila sede distrital mais próxima de Afungi tenha sido atacada em plena luz do dia, surpreendendo quase todas as posições das FDS destacadas no terreno.

O ataque à vila de Palma é também o primeiro teste para o novo Chefe de Estado-Maior General das FADM, o Almirante Joaquim Mangrassse. Conhecedor profundo das carências e dos desafios da Marinha de Guerra de Moçambique, Mangrassse defendeu em 2012 a "necessidade de aquisição e criação de capacidades próprias, quer na vertente de meios de fis-



Créditos: Folha de Maputo

calização, quer na vertente de promoção de um ambiente colaborativo interno entre as instituições de defesa e segurança e outros organismos do Estado, além da própria reorganização na área de defesa que necessita de privilegiar a componente operacional da Marinha como Ramo das

Forças Armadas de Defesa de Moçambique". A defesa foi feita no seu trabalho de investigação intitulado "A Segurança Cooperativa no Índico Ocidental: O papel da Marinha de Guerra de Moçambique", apresentado ao Instituto de Estudos Superiores Militares de Portugal.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

